



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Ponto de situação da implementação do Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos

O Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos (adiante designado por “Nova Lei de prevenção contra incêndios”) entrou oficialmente em vigor no dia 17 de Agosto de 2022. Segundo as informações divulgadas pelo Corpo de Bombeiros (CB), até Dezembro de 2022, procedeu-se a inspecções a cerca de 30 mil fracções habitacionais e deu-se início aos procedimentos sancionatórios relativos a infracções; e, até Janeiro de 2023, foram concluídos três processos sancionatórios.¹

Antes e depois da implementação da nova Lei de prevenção contra incêndios, o CB efectuou constantemente trabalhos de divulgação e inspecção, tendo alcançado certos resultados no âmbito da prevenção de incêndios nos edifícios habitacionais. No entanto, segundo alguns residentes, verificam-se frequentemente objectos colocados nos corredores de alguns centros comerciais, edifícios industriais e habitações sociais, e até situações em que os caminhos de evacuação estão bloqueados por objectos, o que constitui um grave perigo para a segurança pública. Estas situações, na sua maioria, foram melhoradas depois de o CB se deslocar ao local para dar

¹ Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: “CB concluiu alguns processos sancionatórios relativos a casos de violação da nova Lei de prevenção contra incêndios”, de 12 de Janeiro de 2023, <https://www.gov.mo/zh-hant/news/955566/>.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

acompanhamento, mas voltaram a ocorrer posteriormente, deixando os residentes impotentes e preocupados.

Nos termos da nova Lei de prevenção contra incêndios, é necessário, para alguns edifícios, manter ao serviço, em permanência, um encarregado de segurança contra incêndios com formação adequada dada pelo CB, portanto, a partir de 2021, o CB tem organizado cursos de formação para encarregado de segurança contra incêndios, para que quem tiver necessidade possa frequentar. Contudo, esses cursos disponibilizam formação de natureza não permanente e não têm prazo de validade, assim, se, após a conclusão da formação, os formandos não consolidarem os respectivos conhecimentos durante longo tempo, receia-se que tal ponha em causa a operação na prática. Neste sentido, as autoridades devem ponderar fixar um prazo de validade para os cursos e organizar cursos de reciclagem ou de nível avançado, por forma a elevar, continuamente, os conhecimentos dos formandos sobre os trabalhos de encarregado de segurança contra incêndios, assim como a sua consciência quanto à segurança contra incêndios.

É de salientar que a segurança contra incêndios tem implicações com o interesse público, e manter os caminhos de evacuação desimpedidos, em edifícios e recintos, não é apenas da responsabilidade das autoridades ao nível da fiscalização, pois os responsáveis dos edifícios e recintos também têm de fazer bem os trabalhos de segurança contra incêndios, de modo que a nova Lei de prevenção contra incêndios seja implementada eficazmente.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. De acordo com a nova Lei de prevenção contra incêndios, para alguns edifícios, é necessário contratar e manter ao serviço, em permanência, um encarregado de segurança contra incêndios, então, os edifícios e recintos aos quais é aplicável a referida lei já o fizeram nos termos da lei? Mais, verificam-se frequentemente situações de colocação de objectos nos caminhos de evacuação de alguns estabelecimentos, as quais não foram corrigidas mesmo após várias advertências. Além de procederem à autuação, a longo prazo, as autoridades devem cooperar com as entidades gestoras e os encarregados de segurança contra incêndios, ou recorrer a outras medidas eficazes para melhorar as situações, garantindo assim a segurança contra incêndios nos edifícios e recintos. Como é que o vão fazer?

2. Os actuais cursos de formação de encarregado de segurança contra incêndios disponibilizam formação de natureza não permanente e não têm prazo de validade, portanto, carecem de continuidade e espaço para aprofundar os conhecimentos. As autoridades devem ponderar fixar um prazo de validade para esses cursos e organizar cursos de reciclagem e de nível avançado, por forma a elevar, continuamente, os conhecimentos dos formandos sobre os trabalhos de encarregado de segurança contra incêndios, assim como a sua consciência quanto à segurança contra incêndios. Vão fazer isso?

3. Nos termos da nova Lei de prevenção contra incêndios, em todos os edifícios ou recintos aos quais se exige a disponibilização de um encarregado de segurança contra incêndios, é necessário haver um plano de emergência; a inexistência ou a falta parcial de planos de emergência constituem infracções administrativas graves. Os edifícios e recintos aos quais é aplicável a referida lei já elaboraram um plano de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

emergência sobre incêndios, para cumprir a norma de assegurar a permanente disponibilidade de consulta do plano de emergência a qualquer utilizador do edifício ou recinto, quando solicitado?²

17 de Fevereiro de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Leong Wong**

² Alínea 6) do n.º 1 do artigo 16.º, n.º 2 do artigo 17.º e alínea 13) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 15/2021, *Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos*.